

MARTINS, Carlos (2022). *Fascismos. Para além de Hitler e Mussolini.* Lisboa: Edições Saída de Emergência, 314 pp., ISBN: 978-989-9033-90-0.

O livro de Carlos Martins, que se baseia na investigação de doutoramento realizada no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, entre 2014 e 2019, constitui-se como um interessante contributo para o debate em torno de um dos temas mais complexos das lides historiográficas. Deste modo, o autor não recusa a dificuldade de (voltar a) discutir esta problemática na longa introdução intitulada “Compreender o Fascismo” (p. 15-33), assim como nas duas partes finais: “Glossário de organizações fascistas” (p. 277-296) e “Fascismo – principais definições e teorias ao longo da História” (p. 297-304). Estas secções flanqueiam, por sua vez, oito capítulos, os quais abordam movimentos e partidos fascistas em Itália, na Alemanha e em Inglaterra, nos dois países ibéricos, na Roménia e em França e, fora da Europa, no Brasil.

Naturalmente, a escolha destes países e dos respetivos movimentos/partidos coube ao autor, sendo que este privilegiou as fases embrionárias, tendendo a articular história, liderança(s) e discussão, num registo comparativo que prima pela clareza expositiva e por uma vividez quase narrativa. De resto, Carlos Martins não escamoteia a palavra “narração” (duas ocorrências na p. 33), asseverando que o volume “tem por alvo um público mais alargado do que os especialistas no tema” (p. 17). E, neste sentido, a introdução revela-se, talvez, a secção dotada de uma arquitetura mais equilibrada, na medida em que apresenta e discute a riqueza concetual da temática. É assim que são enunciados e discutidos os “conceitos centrais” e as “negações do fascismo”, quer dizer, o comunismo e a luta de classes, assim como a oposição ao liberalismo e “a rejeição (menos violenta) do conservadorismo [...] pela ausência dos conceitos de ‘revolução’ e ‘vitalismo’ na mundividência conservadora” (p. 26-27). Nesta passagem, como noutras, percebe-se que o autor não enquadra o Estado Novo português como um fascismo (ainda que este regime afirmasse a chamada “Revolução Nacional” do 28 de Maio como o seu momento fundacional e tivesse em António Ferro um instrumento privilegiado desse “vitalismo”, que oscilava entre “modernismo” e “tradição”), mas antes nas hostes dos “conservadorismos fascizantes”.

De qualquer modo, a introdução continua a circunscrever o campo concetual e político, explicitando as suas semelhanças com outras ideologias e as principais contradições. Aliás, o uso do conceito (de fascismo) segue aqui a aceção mais restrita, excluindo, como se disse, o salazarismo (mesmo no período dos anos 30 e 40), mas também o franquismo (advindo o carácter

“fascizante” deste último, sobretudo, da Falange de José Antonio Primo de Rivera). De facto, após explicitar os “conceitos centrais do fascismo”, ou seja, “nação”, “Estado”, “síntese”, “revolução”, “autoridade” e “violência” (p. 21-26), o autor abalança-se a uma nova definição da “ideologia fascista” como sendo:

Um tipo de Nacionalismo que pretende reforçar o poder do Estado, conciliar os opostos dentro da Nação para criar uma nova síntese, concretizar uma revolução palingenética inspirada pelo vitalismo e que pretende a criação de um homem novo, respeitar a autoridade das novas elites heróicas, e que também olha para a Violência como uma componente essencial da sociedade (p. 30).

Ressalve-se, no entanto, que estas palavras se referem à *ideologia*, sendo o fascismo também uma “experiência” e uma “concretização”, ou nem tanto, posto que muitos movimentos não passaram disso mesmo, apesar das marcas bem nítidas que imprimiram tragicamente na história dos seus países. E este “sentimento trágico da vida”, passe a expressão, patenteia-se no “mito palingenético” (p. 23-24) popularizado por Roger Griffin, historiador que justamente o entronca no coração da ideologia fascista. Ora, esta visão do mundo, que se poderia dizer cíclica, sustenta que o declínio nacional deve ser ultrapassado através de um renascimento capaz de restaurar a grandeza e todas as virtudes inscritas no panteão da pátria. Vale a pena aqui recordar que Fernando Rosas, quando da sua também recente análise, *Salazar e os Fascismos* (2019), não enjeitou situar o Estado Novo na área político-ideológica dos fascismos, alegando que o “mito palingenético” é, de igual modo, discernível em Oliveira Martins e na Nova República de Sidónio Pais. Acrescente-se que diversos escritos e obras de arte desses períodos se revestiram do mesmo sentimento, bastando dar um exemplo, um entre muitos, da Sinfonia *À Pátria*, de José Viana da Mota, escrita no rescaldo do Ultimato Inglês. Não expressará, afinal, o derradeiro andamento desta peça musical, com o programático e sugestivo subtítulo de “decadência – luta – ressurgimento”, isso mesmo? E o que dizer do mito sebastianista, convocado uma e outra vez nestas décadas – e ao longo dos séculos? Ou, num sentido mais estrito, o simbolismo do ano de 1940 para o Portugal do Estado Novo?

Seja como for, Carlos Martins sublinha que a comparação com “outros projetos políticos antidemocráticos de direita da sua época nem sempre é óbvia e pode dar azo a diversas confusões”, chamando à colação a questão do “nacionalismo” e do “corporativismo fascista [...] de tal maneira influente que diversos partidos e regimes de direita olharam para ele como uma fonte de

inspiração” (p. 30). Neste particular, cumpre também ter presente o corporativismo propugnado pela Igreja Católica e o seu lugar no ideário estadonovista, sendo de mencionar, ainda de acordo com Fernando Rosas, que o regime português terá resultado da convergência das diversas direitas antiliberais, com o predomínio daquela que encarnava o “fascismo conservador”. Decerto que outros argumentos poderiam ser aduzidos.

Se os dois primeiros capítulos, respetivamente intitulados “O Fascismo Italiano (1919-22): o nascimento de uma nova ideologia” (p. 35-66) e “O nazismo alemão (1920-33): o nascimento de uma nova ideologia” (p. 67-99), privilegiando, então, o período anterior à tomada do poder, enfatizam a “novidade” destes movimentos, com recurso a bibliografia tanto clássica quanto recente, o capítulo *British Union of Fascists* (p. 100-126), de Oswald Mosley, revela-se mais original, sobretudo por abordar um movimento menos conhecido. Na verdade, o autor começa por enumerar “algumas organizações ou grupos que defendiam mais ou menos explicitamente ideologias racistas” antes da BUF, aludindo a Houston Stewart Chamberlain, o genro de Richard Wagner nascido em solo britânico, o qual assinou o famoso livro *The Foundations of the Nineteenth Century*. Sem entrar na questão das associações que, não raras vezes, são estabelecidas entre os dramas musicais wagnerianos e o antissemitismo ou até nas ligações do nazismo com o festival de Bayreuth, bastaria mencionar que o livro de Chamberlain foi uma das inspirações, até no título, de *Der Mythos des zwanzigsten Jahrhunderts* (O Mito do Século XX), de Alfred Rosenberg. Com a dissolução do BUF em 1940, já no contexto da Segunda Guerra Mundial, o texto conclui com uma nota sobre a vida de Mosley e a asserção de que “a história do BUF é a de um movimento fascista que se desenvolveu no contexto de um regime democrático” (p. 126).

O capítulo seguinte aborda o nacional-sindicalismo (NS) português (p. 127-155) e o percurso biográfico de Francisco Rolão Preto, o qual, como Mosley, teve uma longa vida após o crepúsculo dos seus projetos políticos. Importa reter o subtítulo: “o conflito entre o fascismo e o autoritarismo conservador”. Seguindo a bibliografia de referência de António Costa Pinto, o autor traça a trajetória da direita lusa (potencialmente) integrável neste campo, desde os inícios do regime republicano (Integralismo Lusitano), a fase final da Primeira Guerra Mundial (a Nova República de Sidónio Pais), o pós-Primeira Guerra Mundial (Cruzada Nacional Nun’Álvares Pereira) e a Ditadura Militar (Liga Nacional 28 de Maio). Neste âmbito, o NS, integrando alguns membros e parte do ideário de cada uma destas organizações, seria o fascismo português na sua forma acabada. Numa palavra, os “radicais”. Note-se, em todo o caso, que estes terão influenciado o Estado Novo, sobretudo no momento da sua

parcial absorção pelo regime, assim como durante o período da “guerra hispano-soviética”, na desconcertante designação que o *Diário da Manhã* dava do conflito civil no país vizinho.

Relativamente ao capítulo “A falange Espanhola (1934-37). Um fascismo que o franquismo domesticou” (p. 156-186), seguindo os mesmos argumentos desenhados para o caso português, Carlos Martins salienta, “com certa ironia”, que, “além de Mussolini e Hitler, houve um outro líder fascista [Primo de Rivera] que conquistou o poder... mas apenas depois da sua morte, e num regime que foi, no máximo, ‘quasi fascista’” (p. 186). Menos discutível se apresenta o caso da Guarda de Ferro romena (p. 187-218), capítulo subtintulado “o fascismo como religião política”. Este destaca as diversas lideranças carismáticas que o movimento conheceu, mas, acima de tudo, os “rituais, adorações e celebrações muito próprios”, pelo que o autor convoca aqui a terreiro, mais do que nunca, “o conceito de ‘religião política’, usado por Emilio Gentile para caracterizar o Fascismo Italiano” (p. 188).

De igual modo interessantes se mostram os dois derradeiros capítulos, pois que debatem o suposto “país de origem do fascismo” e um caso não-europeu. No que concerne ao primeiro exemplo, França, partindo da famosa análise de René Remond acerca das três famílias da direita (legitimista, orleanista e bonapartista), Martins analisa o antissemitismo de autores oitocentistas, como Arthur de Gobineau e Vacher de Lapouge, fixando-se na relevância histórica do *affaire Dreyfus*. Outrossim, não perde de vista as formulações de Gustav le Bon acerca da “psicologia das multidões” e o caso da *Action Française* no desenvolvimento da ideologia, que, com toda a sua propriedade, se desvelaria no pós-guerra. Ainda assim, de entre todos os grupúsculos fascistas, é tratado com maior detalhe o *Rassemblement National Populaire*.

Por fim, é passada em revista a Ação Integralista Brasileira. Além dos paralelos com o regime de Salazar, uma vez que os dois Estados Novos, português e brasileiro, eliminaram/absorveram os “radicais”, o texto traça a trajetória de Plínio Salgado. É, pois, uma conclusão apropriada para o modelo explicativo seguido pelo autor ao longo dos diversos capítulos, entre história, vultos e ideologia.

SÉRGIO NETO

Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares (CEIS20/UC)

sgdneto@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-9737-0029>

